



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2023-0161**  
**BI-2023-0166**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 29/11/2023      **Hora:** 9:30      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** Luís MAS Machado; Cláudia MFG. Rosa

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito do plano de atividades.

Durante a Inspeção fomos acompanhados pelo Eng. José Eduardo Sousa Estrela, diretor do matadouro, pelas técnicas Marina Paula Arruda Medeiros Bruno e Dr. João Paulo da Silva Cordeiro, do departamento de qualidade e pelo Eng. Luís Filipe M Pinto Cardoso, coordenador do departamento de manutenção.

O matadouro faz o abate de bovinos, suínos, aves (galinhas, patos e perus), pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) e coelhos em 3 linhas de abate distintas.

Foram solicitados dados da empresa relativos ao consumo dos diversos tipos de energia, ao consumo dos diferentes fatores de produção, à produção de carcaças de animais e ambientais.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA)      **NIPC/NIF:** 512021155

**Sede/morada:** Rua do Passal, n.º 150

**Código Postal:** 9501-096

**Freguesia:** São Sebastião

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** São Miguel

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Matadouro de São Miguel

**Endereço:** Rua Joaquim Marques, S/N

**Código Postal:** 9500-049

**Freguesia:** Pico da Pedra

**Concelho:** Ribeira Grande

**Ilha:** São Miguel



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Atividade principal:** 84130 - Administração pública - actividades económicas

**Outras atividades:** 10110 - Abate de Gado (Produção de Carne); 10120 - Abate de Aves (Produção de Carne)

**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 16 horas.

**Licenciamento da atividade:** Licença Ambiental nº 3/2020/DRA; NCV: A 88; Licença de Exploração Industrial Estabelecimento do Tipo: 1; Licença de Utilização n.º 64/2007.



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação está abrangida pelo regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) e pelo regime de Registo de Emissões e Transferência de Poluentes (PRTR). Tem uma capacidade de produção de carcaça igual ou superior a 50 Ton/dia (conforme definido nos pontos 7.4 alínea a) do anexo III e ponto 8 alínea a) da parte 1 do anexo VI do DLR nº 30/2010/A de 15 de novembro).

Os subprodutos de origem animal de categoria M1, são enviados para a Teramb, Eem, para incineração, e os subprodutos transformados de categoria M2 são enviados para a Musami, EIM SA.

No ano de 2022 a instalação abateu 45 836 bovinos a que correspondeu 9 636,8 Ton. de carcaça, 49 870 suínos a que correspondeu 4 447,6 Ton. de carcaça, 1 544 leitões a que correspondeu 10,97 Ton. de carcaça, 514 caprinos a que correspondeu 4,46 Ton. de carcaça, 92 ovinos a que correspondeu 1.65 Ton. de carcaça, 3 067 617 frangos e galinhas a que correspondeu 3 865,2 Ton. de carcaça, 2 817 coelhos a que correspondeu 3,97 Ton. de carcaça, 918 patos a que correspondeu 1,18 Ton. de carcaça e 238 perus a que correspondeu 0,89 Ton. de carcaça.

No ano de 2023, até 30 de novembro a instalação abateu 35 505 bovinos a que correspondeu 7 376,0 Ton. de carcaça, 43 948 suínos a que correspondeu 3 987,7 Ton. de carcaça, 385 caprinos a que correspondeu 4,67 Ton. de



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

carça, 93 ovinos a que correspondeu 1,72 Ton. de carça, 2 800 898 frangos e galinhas a que correspondeu 3 455,4 Ton. de carça, 1 774 coelhos a que correspondeu 2,53 Ton. de carça, 638 patos a que correspondeu 0,76 Ton. de carça e 95 perus a que correspondeu 0,39 Ton. de carça.

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

Fazem aproveitamento das águas pluviais provenientes do telhado do edifício principal que utilizam para lavagens de zonas sujas exteriores.

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Vestiários, refeitório, WC, lavandaria.	ETAR(*)-sistema de tratamento biológico de lamas ativadas.	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	----	----	----
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Nave de abate, acessos, parques.	ETAR(*)-sistema de tratamento biológico de lamas ativadas.	Solo



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais**

☐ Não produz lamas de depuração

☒ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☒ Operador de gestão de resíduos; na informação semestral 209, não colocou o alvará no OGR Agraçor.

☒ Valorização agrícola;

☐ Outro;

**4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais**

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2020/51, válida até 30 de junho de 2025.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	Os boletins não foram enviados com a periodicidade mensal que determina a licença no ponto 23. Descrito na Tabela 2.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Foi efetuada uma intervenção programada e comunicada à DRAAC, com influência nas condições de rejeição.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não cumprido	Incumprimento dos VLE - Tabela 1. De referir que o parâmetro “Azoto Total”, desde janeiro de 2021, só foi cumprido em dois meses (junho e julho de 2023).
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Lamas encaminhadas para OGR (Musami e Agraçor) e valorização agrícola. Licença das parcelas utilizadas para aplicação de lamas em solos agrícolas: N.º 5/LAMAS/DRAAC/2021; N.º 3/LAMAS/DRAAC/2022; N.º 5/LAMAS/DRAAC/2022; N.º 13/LAMAS/DRAAC/2022.
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Relatório de Ensaio n.º 16928/2022, do INOVA, recolha em 06-12-2022; Relatório de Ensaio n.º 4277/2023, do INOVA, recolha em 06-12-2022.
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Cumprido	DRAAC-DGR/32.0.40/1/InfLamas/196, de 03-02-2023, 2º semestre de 2022; DRAAC-DGR/32.0.40/1/InfLamas/209, de 26-07-2023, 1º semestre de 2023.

Devido à intervenção realizada na ETARI, montagem de dois novos agitadores no tanque de homogeneização e manutenção das duas bombas hidro injetoras submersíveis, comunicada à DRAAC em janeiro de 2023, não foi efetuado o autocontrolo de fevereiro de 2023.

Em março foram efetuados 2 autocontrolos, para verificar se as intervenções provocaram alteração ao normal funcionamento do sistema de tratamento de águas residuais, estando o resultado na tabela 1.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tabela 1:

Parâmetro	VLE Alvará AR/2020/51	Recolhas 2023											
		11.01*	07.03*	23.03*	13.04*	30.05*	30.06*	27.07*	24.08*	28.09*	30.10*	14.11*	20.12*
		Rel. nº 321/2023	Rel. nº 3119/2023	Rel. nº 4019/2023	Rel. nº 5022/2023	Rel. nº 7501/2023	Rel. nº 9110/2023	Rel. nº 10541/2023	Rel. nº 11726/2023	Rel. nº 13512/2023	Rel. nº 15210/2023	Rel. nº 16069/2023	Rel. nº 18386/2023
pH (escala de Sorensen)	6 a 9	7.1	4.2	7.0	7.2	4.4	7.6	7.5	7.7	8.2	7.5	8.1	7.9
CQO (mg/l O <sub>2</sub> )	125	76	1000	116	61	145	203	57	86	116	67	69	37
CBO <sub>5</sub> (mg/l O <sub>2</sub> )	40	<14	<14	6.9	<4	6.9	12	26	10	24	18	<13	<12
SST (mg/l)	60	<30	155	20	39	182	13	<15	<12	31	<9	<7	<6
Óleos e gorduras (mg/l)	15	<5	<5	7.6	6.0	7.2	<5	12.3	<5	<5	<5	<5	<5
Cloro residual total (mg/l)	1	---	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1	0.1	0.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1
Azoto Total (mg/l N)	40	105	133	70	65	79	29	31	53	83	118	46	81
Fósforo Total (mg/l P)	10	1.76	1.17	1.30	1.11	<0.16	1.22	0.82	0.57	0.82	0.86	0.46	0.51
Óleos minerais <sup>(+)</sup> (mg/l)	15	---	---	---	---	---	<5	---	---	---	---	---	<5

(\*) data da recolha. Recolha efetuada pelo operador; (+) autocontrolo com frequência **semestral**; a **laranja** os incumprimentos aos VLE.

Verificou-se na análise dos Relatórios de Ensaios N.º 7501/2023 e N.º 16069/2023, do INOVA, que a data do início da análise coincide com a data da recolha da amostra, embora a receção da mesma no laboratório esteja registada no dia seguinte. Contatado o laboratório, este esclareceu que será uma imprecisão na data da receção, uma vez que se trata de uma amostra proveniente da própria ilha.

Tabela 2:

Parâmetro	Comunicado por e-mail											
	15.03*	28.04*	28.04*	10.05*	30.06*	09.08*	25.08*	28.09*	13.11*	13.12*	08.01.24*	23.01.24*
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Caudal Total (m³)	12 860	10 577	12 530	11 238	11 982	11 452	10 608	13 734	10 687	12 569	11 553	8 801

(\*) data da comunicação.

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina, caldeiras e sala de abate.	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina de manutenção e caldeiras.	Operador de gestão de resíduos	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	----	----	----
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	WC, refeitório e edifício administrativo	Operador de gestão de resíduos	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	O operador tem RCD espalhados pelo terreno, sem identificação.
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submetido em 2024-02-26.
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Certificado n.º 2023/0000592, EMB/0012546.
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 152-D/2017	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Fuelóleo
DU - Utilizador final	Gasóleo
DU - Utilizador final	GPL
DU - Utilizador final	Hipoclorito de Sódio
DU - Utilizador final	DEPTAL MCL
DU - Utilizador final	DEPTAL AS

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
b) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido	
c) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
d) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
e) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	Utilização prevista nos cenários de exposição.
f) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
2 geradores de vapor	Pontual	Atividade industrial	
1 Chamuscador	Pontual	Atividade industrial	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Unidade de tratamento de subprodutos	Difusa	Atividade industrial	

### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Não foi realizada monitorização pontual ao gerador 1 na 1ª campanha de 2023. <b>Só comunicado à DRAAC a indisponibilidade temporária do mesmo em 20-10-2023.</b>
d) Cumprimento do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos aplicáveis e contendo a informação mínima exigida.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Cumprido	2ª Camp. 2022 - Amostragem 14 e 15 de dezembro, submissão 14-02-2023. Ref. DSQA-EG/2023/003. 1ª Camp. 2023 - Amostragem 08 de maio, submissão 19-06-2023. Ref. DSQA-EG/2023/011.
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	2ª campanha de 2022, não cumpre com o VLE (150mg/Nm³.8%O₂) para o parâmetro PTS (357±15mg/Nm³.8%O₂), no gerador 1 (Relatório de Ensaio nº 1646.22/MSM-cl1). 2ª campanha de 2022, não cumpre com o VLE (200mg/Nm³.8%O₂) para o parâmetro COT (1852±517mg/Nm³.8%O₂), no chamuscador (Relatório de Ensaio nº 1648.22/MSM-xs1).
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado	<b>Segundo o relatório n.º 1648.22/MSM-xs1, o número de tomas não está de acordo com o definido na Norma EN 15259. Segundo o relatório de ensaio n.º LCA.2023.060 (v2), a chaminé da fonte FF5 só tem 1 toma de amostragem, o que reduz a representatividade das amostras.</b>
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Para o gerador de emergência.

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa (GFE):

TECO2*	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	1 ar condicionado Panasonic; 1 secador FX15 Atlas Copco; 1 secador de ar comprimido Ingersoll Rand	R-410A, 0,8 kg (1,67 TECO <sub>2</sub> ); R-410A, 2,05 kg (4,28 TECO <sub>2</sub> ); R-407C, 2,25 kg (3,99 TECO <sub>2</sub> ).





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	1 Câmara de refrigeração Bitzer; 1 Reservatório de refrigeração DWM-Copeland; 1 unidade de refrigeração da viatura Toyota (86-LN-01); 1 unidade de refrigeração da viatura Isuzu (12-SR-93)	R-449A, 13 kg (18,16 TECO <sub>2</sub> ); R-449A, 6 kg (8,38 TECO <sub>2</sub> ); R-404A, 3 kg (11,76 TECO <sub>2</sub> ) R-404A, 3.3 kg (12,94 TECO <sub>2</sub> )
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	----	----
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	----	----

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente ao operador de equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador tomou as precauções adequadas para evitar a libertação não intencional de GFEE.	art. 3.º Reg. CE 517/2014	Não verificado	
b) O operador providenciou a recuperação de gases fluorados dos equipamentos para efeitos de reciclagem, valorização ou destruição.	art. 8.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) O operador deu cumprimento às restrições de utilização previstas no artigo 13.º do Regulamento (UE) 517/2014 (hexafluoreto de enxofre; GFEE com PAG ≥ 2500 em equipamentos com TECO <sub>2</sub> ≥ 40)	art. 13.º Reg. CE 517/2014	Não verificado	
d) O operador providenciou a verificação para deteção de fugas nos equipamentos abrangidos, com a periodicidade aplicável de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não verificado	
e) O operador efetuou as diligências necessárias para determinar se a empresa prestadora de serviços (instalação, reparação, deteção de fugas, recuperação de gases) detém os certificados necessários para as intervenções contratadas.	art. 10.º Reg. CE 517/2014	Não verificado	
f) O operador providenciou a instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 TECO <sub>2</sub> .	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
g) O sistema de deteção de fugas mencionado na alínea anterior é inspecionado pelo menos uma vez de 12 em 12 meses.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
h) O operador elaborou e mantém atualizado um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas, contendo toda a informação obrigatória.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
i) O operador de equipamentos sujeitos a verificações periódicas para deteção de fugas comunicou à autoridade ambiental os dados sobre a utilização de gases fluorados, até 31 de março de cada ano?	Art. 5.º DL 145/2017	Cumprido	Comunicou em 2024-03-26 os dados referentes a 2023.

### 7.2.3 - Verificação dos requisitos legais relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados

Relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas, pertencentes a empresas certificadas.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não verificado	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em camiões e reboques refrigerados, extintores e sistemas fixos de proteção contra incêndios, comutadores elétricos e as intervenções que envolvam contacto com solventes à base de GFEE, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas para o efeito.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não verificado	
c) As intervenções em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, são executadas por pessoas singulares titulares de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) A entidade: <ul style="list-style-type: none"><li>• que presta serviços a terceiros em equipamentos de aquecimento, ar condicionado e ventilação;</li><li>• que presta serviços a terceiros em sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores de incêndios;</li><li>• que efetua intervenção em sistemas de ar condicionado instalados em veículos ligeiros (oficinas);</li><li>• que efetua intervenções em comutadores elétricos;</li></ul> comunicou à autoridade ambiental os dados sobre compra e venda de gases fluorados, até 30 de junho de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona industrial, sem recetores sensíveis	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Cumprido	DRAAC-RAA/2023/046, sub 30-06-2023.
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Cumprido	Enviado por e-mail a 8-03-2023.
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental	LA n.º 3/2020/DRA	Não cumprido	2.1.3-O Operador não finalizou o licenciamento do depósito de fuelóleo; 2.2.2.1-O operador não realizou todas as ações indicadas no âmbito do procedimento de renovação da licença ambiental, nomeadamente: criação de uma zona anóxica para a desnitrificação (...) e o reforço da capacidade de arejamento para a nitrificação (...), de forma a cumprir todos os VEA na descarga para o solo.
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Sim	2 em funcionamento e 1 de reserva
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) Redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

**9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	Consultado o sítio na internet da DGS (www.dgs.pt) ☐ acesso 02-05-2024, informa: "A plataforma de registo mencionada no artigo 15º da Lei nº52/2018, de 20 de agosto ainda não se encontra em funcionamento."
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Cumprido	Plano de Prevenção e Controlo da Bactéria Legionella, Adenda de outubro de 2023.
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	

**9.4 – Responsabilidade ambiental**

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

**1. Instalação sujeita a licenciamento ambiental (PCIP)**

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não aplicável	Seguro de Responsabilidade ambiental, com a companhia Açoreana Seguros, Apólice nº 0004764141, não enviou comprovativo do pagamento do prémio do contrato para 2023.

**10 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

- b) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (condição específica 19, incumprimento do Valor Limite de Emissão), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- c) O incumprimento da obrigação de assegurar, na obra ou em local afeto à mesma, a triagem de resíduos de construção e demolição ou o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado, em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave, prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 229.º, do diploma citado;
- d) O incumprimento do valor limite de emissão (VLE) (descrito no ponto 7.1.2 alínea f)), em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave, prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado;
- e) Incumprimento das condições impostas na licença ambiental LA n.º 3/2020/DRA.

*Assim, deverão ser realizadas todas as ações indicadas no âmbito do procedimento de renovação da licença ambiental até finais de 2021 etapa em que deverá verificar-se o cumprimento de todos os VEA na descarga para o solo, nomeadamente:*

*1-“Criação de uma zona anóxica para a desnitrificação através da utilização do tanque antigo de equalização como tanque anóxico.” O operador não criou a zona esta zona anóxica (ponto 2.2.2.1., penúltimo parágrafo da página 10);*

*2-“Reforço da capacidade de arejamento para a nitrificação através da instalação no tanque anóxico de uma rede difusora por bolha fina com um blower de 37 kW e um agitador submersível, permitindo manter uma gama de trabalho de valores de potencial redox que permita otimizar a nitrificação/desnitrificação”. O operador não fez o reforço (ponto 2.2.2.1., penúltimo parágrafo da página 10).*

O incumprimento das condições impostas pela licença ambiental constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea h), do n.º 2 do art.º 123.º do DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

## **11 – Indicações e medidas adotadas**

### **Indicações transmitidas:**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Enviar o relatório à Direção Regional do Ambiente e Ação Climática para conhecimento, por se tratar de uma instalação abrangida pelo regime PCIP.